

**HABEAS CORPUS Nº 502.183 - RS (2019/0093862-1)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : CAMILA GOMES DA SILVA  
**ADVOGADO** : CAMILA GOMES DA SILVA - RS0106704  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : EMERSON OFFMAN DE LIMA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Emerson Offman de Lima** – preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado, mantendo a prisão preventiva do paciente decretada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Tramandaí/RS (Processo n. 0025756-97.2018.8.21.0073).

Alega-se, em síntese, constrangimento ilegal consistente na ausência de fundamentação na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Postula-se, ao final, a concessão liminar da ordem para que o paciente guarde em liberdade provisória o julgamento de mérito do presente *writ*.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável o acolhimento da pretensão, porquanto o Magistrado singular, ao decretar a prisão cautelar do paciente, destacou a reiteração delitiva, evidenciando a periculosidade do acusado (fl. 65), razão pela qual não vislumbro o *fumus boni iuris* necessário à concessão da tutela de urgência.

Ademais, a pretensão se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da sua apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo singular acerca do atual andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

